



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório de Informações Gerenciais Setorial (RIGER) – ANUAL 2022

**Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças
(DGPCF)**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANO 2022 DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS (DGPCF)		
	Período de Referência: Ano de 2022	Emitido em: Janeiro de 2023	Aprovado por: Diretor Geral da DGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1.	INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS.....	3
2.	PROGRESSO DO PROJETO ESTRATÉGICO.....	5
3.	QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	11
4.	SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS.....	17
5.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	18
6.	AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO.....	22
7.	DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	23
8.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS.....	25
9.	CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS.....	26
10.	ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	27
11.	ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS	28



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS

ORÇAMENTO E FINANÇAS	ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2022	
Fonte: DGPCF		
ORÇAMENTO (2022):		
-	-	-
Fonte 100/101 (TJ):	R\$	4.474.549.333,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	773.051.000,00
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.043.013.000,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	60.138.401,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2022)		
-	-	-
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.465.629.533,81
Fonte 230 (TJ):	R\$	743.152.617,13
Fonte 232 (FETJ):	R\$	827.748.592,94
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	56.066.526,75
RECEITA (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2022)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.465.629.533,81
Fonte 230 (TJ):	R\$	1.151.961.643,44
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.632.747.039,65
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	60.401.817,03
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL

Fonte: DGPCF-ASTEC



- **Despesa Líquida com Pessoal (Fonte 100): R\$ 3.434.433.708,65 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2022);**
- **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL: R\$ 89.303.759.557,31 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2022);**
- **% Limite LRF: 3,85% (publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2022);**

Obs.: Para o cálculo da Despesa Líquida com Pessoal, a partir do RGF do 3º quadrimestre de 2021 foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. Portanto, do total apurado de R\$ 3.434.433.708,65, R\$ 3.100.205.728,03 correspondem à Despesa Líquida com Pessoal Ativo e R\$ 334.227.980,62 correspondem à Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PROGRESSO DO PROJETO ESTRATÉGICO (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

O Projeto Estratégico visa a implantação do GRP - Government Resource Planning, uma ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade, envolvendo o planejamento, bem como o controle das ações planejadas, quer no âmbito da execução orçamentária (as mutações do orçamento), quer no âmbito da execução financeira (acompanhamento da evolução das receitas e despesas), além de permitir a prospecção de cenários; a execução financeira em todas as suas fases; e a realização das ações e lançamentos contábeis pertinentes e a contabilidade de custos.

Iniciado em 2019, foi severamente afetado por fatos supervenientes advindos do quadro pandêmico da COVID19. Sendo necessário aditivar o contrato alterando-se o cronograma de execução em 2020, em 2021 e, por último em 2022, haja vista a necessidade de novo realinhamento dos prazos para finalizar o serviço de implantação do novo sistema.

Importante registrar que alguns riscos não identificados durante os levantamentos iniciais para concepção do projeto contribuíram para que a virada de chave entre os sistemas SOF e GRP tivesse sua data postergada com o fito de evitar solução de continuidade.

Após deliberação pela equipe de implantação do projeto e aprovação do Diretor Geral algumas medidas foram levadas a termo para mitigar os riscos advindos do adiamento da virada de chave, quais sejam:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ;
- Realinhamento das datas do cronograma operacional com previsão de conclusão da etapa 4 para 14/07/2023;
- Utilização do módulo REINF para cumprir obrigação legal imposta pela receita federal (utilização parcial do GRP a partir do dia 1.º de abril);
- Substituição definitiva do PGP (Planejamento Estratégico) em Excel pela utilização do Módulo PGP no sistema GRP;
- Aumento do esforço de trabalho presencial da contratada Pólis que sem ônus para o contrato, aumentou o efetivo de colaboradores de suporte técnico para atuarem na operação assistida, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;
- Aditivo para prorrogação de prazos tramitando nos autos SEI n.º.2021-0666600 (Autos Administrativo n.º 2016-160136 - processo originário que foi digitalizado);
- Desligamento do SOF em 29/04/2022 (permanece aberto apenas para consulta e pontualmente para fechamento da competência abril/2022);
- Virada de chave entre os sistemas para uso efetivo do GRP em 02/05/2022;
- Após a virada de chave todos os lançamentos são realizados exclusivamente no GRP, ficando os demais sistemas apenas para consulta (EXCEÇÃO > o sistema RAC poderá ser desligado até o final do mês de setembro do corrente exercício).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ressalte-se que o percentual de execução apurado no sistema GRP está em 62,30% do projetado para o biênio 2021/2022. O resultado foi impactado em face de incidentes operacionais durante a parametrização das funcionalidades do sistema, afetadas as etapas 1, 2 e 3, com os processos de trabalho das áreas de negócio. Neste cenário as medidas adotadas evitaram solução de continuidade e permitiram o cumprimento das obrigações legais sob a responsabilidade da DGPCF. Entretanto, o efeito colateral foi o não cumprimento das atividades previstas no cronograma para 2022, sendo necessário a reunião entre todas as áreas de negócio da DGPCF, EMERJ e a contratada Pólis-Thema para alinhamento da Etapa 4 do serviço de implantação do GRP e funcionalidades que ainda não foram validadas, da qual resultaram as seguintes deliberações:

- 1 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, no que tange aos levantamentos dos requisitos da etapa 4 e validação de funcionalidades, com agendamentos presenciais junto as áreas de negócios;
- 2 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, com a inclusão de planejamento, homologação e produção de funcionalidades da DIGEF identificadas no início e durante a execução do cronograma;
- 3 – A contratada Pólis que deverá executar as ações necessárias para cumprir o cronograma aditivado sob o TERMO Nº 003/374/2022, de modo a evitar a possibilidade de novo aditivo;
- 4 - Cancelamento de saldos no empenho referentes previstos no cronograma e não executados neste exercício financeiro (2022) SEI 2021-06112272;
- 5 - Informação ao Agente Administrativo do contrato relatada no REMAC - Novembro 2022, no que tange a inconsistências recorrentes na operação do sistema;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

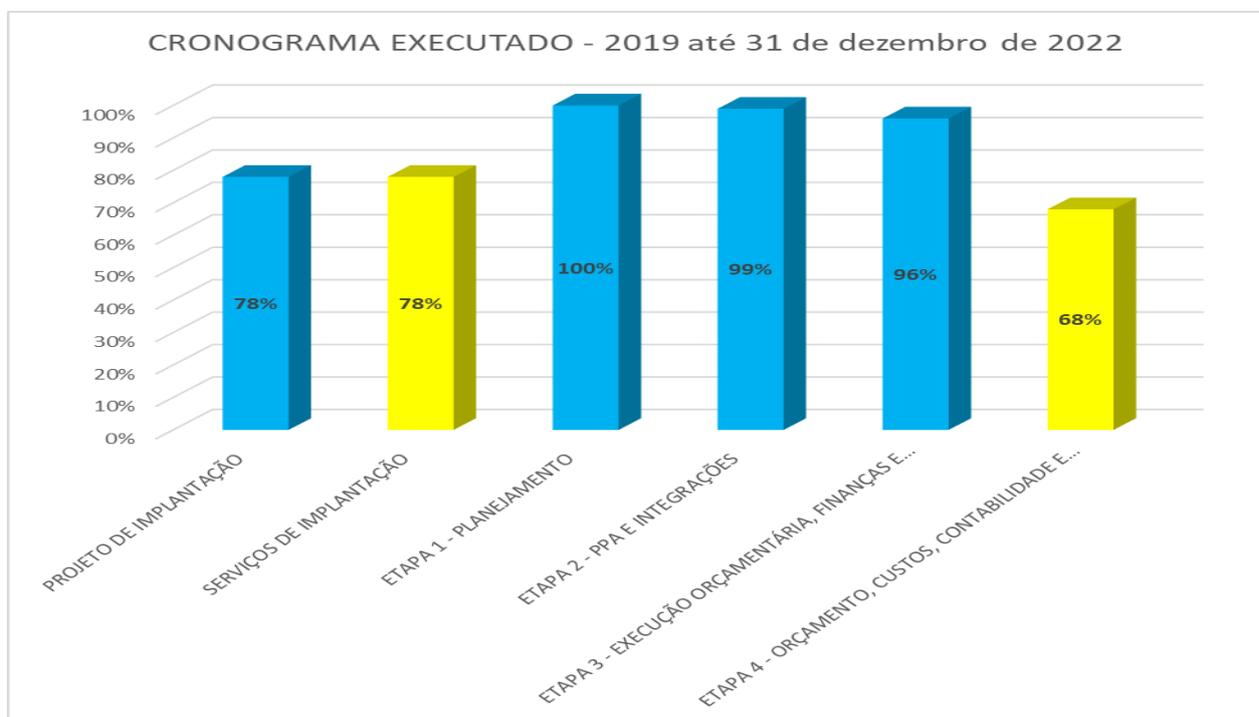
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6 - Desenvolvido Protocolo de Crise para incidentes de indisponibilidade do sistema;

7 – Considerando-se o percentual de execução de 62,30% (mês atual) continuar o monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;

8 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.^a fase para 2023, postergando-se a atualização das RAD's dos processos de trabalho das áreas de negócios a critério do gestor e ou até o término da implantação do sistema GRP.

No gráfico a seguir verifica-se os percentuais de cumprimento do cronograma desde o início do projeto até 31/12/2022.



*As etapas em amarelo são as mais impactadas em face as restrições da pandemia e estão sob rígido monitoramento para cumprimento do ajuste.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/2016)	100%	78%	<p>ANÁLISE CRÍTICA:</p> <p>1 – Manutenção do percentual de execução em 62,30% do projetado para o biênio 2021/2022.</p> <p>2 - Realinhamento das datas de conclusão da etapa 4 do cronograma de execução;</p> <p>3 - Inconsistências recorrentes no sistema após a entrada de novas versões.</p> <p>AÇÕES GERENCIAIS:</p> <p>Realizada reunião com todas as áreas de negócio da DGPCF, EMERJ e a contratada Pólis-Thema para alinhamento da Etapa 4 do serviço de implantação do GRP e funcionalidades que ainda não foram validadas, da qual resultaram as seguintes deliberações:</p> <p>1 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, no que tange aos levantamentos dos requisitos da etapa 4 e validação de funcionalidades, com agendamentos presenciais junto as áreas de negócios;</p> <p>2 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, com a inclusão de planejamento, homologação e produção de funcionalidades da DIGEF identificadas no início e durante a execução do cronograma;</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
			<p>3 – A contratada Pólis que deverá executar as ações necessárias para cumprir o cronograma aditivado sob o TERMO Nº 003/374/2022, de modo a evitar a possibilidade de novo aditivo;</p> <p>4 - Cancelamento de saldos no empenho referentes previstos no cronograma e não executados neste exercício financeiro (2022) SEI 2021-06112272;</p> <p>5 - Informação ao Agente Administrativo do contrato relatada no REMAC - novembro 2022, no que tange a inconsistências recorrentes na operação do sistema;</p> <p>6 - Desenvolvido Protocolo de Crise para incidentes de indisponibilidade do sistema;</p> <p>7 – Considerando-se o percentual de execução de 62,30% (mês atual) continuar o monitoramento de todas as reuniões técnicas e fazer intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas.</p> <p>8 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.ª fase para 2023, postergando-se a atualização das RAD's dos processos de trabalho das áreas de negócios até o término da implantação do sistema GRP.</p>



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS									
GRÁFICO	COMENTÁRIO								
<p>RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2022</p> <table border="1"><thead><tr><th>Categoria</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>LINHA DE BASE (2021)</td><td>39,75%</td></tr><tr><td>RESULTADO ATUAL</td><td>76,91%</td></tr><tr><td>META</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Categoria	Porcentagem	LINHA DE BASE (2021)	39,75%	RESULTADO ATUAL	76,91%	META	100,00%	<p>Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 75% a 100%.</p> <p>Através dos dados apurados em janeiro de 2023, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2022, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 76,91% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 50%.</p> <p>Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 21,92% do valor total previsto adequado do PAG 2021/2022, em 2022, e apresentou execução de 79,05% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto adequado da ação de Aquisição de Solução Backup; bem como pela execução abaixo da previsão da obra de Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de</p>
Categoria	Porcentagem								
LINHA DE BASE (2021)	39,75%								
RESULTADO ATUAL	76,91%								
META	100,00%								



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.1- INDICADORES ESTRATÉGICOS	
GRÁFICO	COMENTÁRIO
	<p>Transportes - DETRA.</p> <p>Cabe destacar que a dotação inicial dos projetos estratégicos/ações operacionais era de R\$ 160.453.001,00 sendo adequada ao longo do exercício para R\$ 75.040.220,00, representando, assim, uma redução de 53,23% tendo em vista a atualização nos Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP's dos Projetos Estratégicos, bem como da previsão de execução das ações operacionais. A citada adequação dos projetos estratégicos/ações operacionais foi devidamente aprovada pelo Exmo. Presidente Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, através dos Atos Executivos nº 160/2021, 12/2022, 73/2022, 117/2022 e 03/2023.</p> <p>Obs.: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 12/01/2023.</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.2 - TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL – DGPCF INDCADORES DISPONIBILIZADOS - DGPCF Portaria CNJ nº 106/2022- Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2022-

A DGPCF realinhou os indicadores em função da nova Portaria CNJ nº 106/2022, que estabelece os critérios e os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2022, e as unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça responsáveis por avaliar as informações veiculadas na internet pelo respectivo Tribunal.

Abaixo, apresentamos Relatório enviado ao DEGEP em resposta ao CNJ (*correspondência eletrônica de 19/04/2022*), com o detalhamento dos seguintes itens: 6, 36, 37, 38, 39, 40, 42 e 72, conforme descrito:

Item 6: Item compartilhado com outras Unidades. Cabendo apenas atualizar o link do Plano de Ação Governamental-PAG:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental>

Execução Orçamentária atualizada e disponível no link abaixo:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/execucao-orcamentaria/execucao-orcamentaria>

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO					
O órgão publica:					
6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	3	DEGEP/ DGPCF/ DGCOL/ DGLOG	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/plano-de-acao-governamental/2021-2022



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 36 - sem alterações e ratificado:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
36 - Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ n° 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ n° 215/2015, c/c a Resolução CNJ n° 102/2009.	2	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj

Itens 37: sem alterações e ratificado:

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
37 - Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ n° 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ n° 215/2015, c/c a Resolução CNJ n° 102/2009.	2	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj

Item 38: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022>

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
38 - A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica ao TSE, TREs, CSJT e CNJ)	Art. 4º, II, da Resolução CNJ n° 195/2014.	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 39: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cn-j-n-195-2014/2021>;

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
39 - O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (Não se aplica ao TSE, TREs, STJ, CF, CSJT, e CNJ)	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014.	3	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cn-j-n-195-2014/2021

Item 40: Link atualizado para:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2021>;

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
40 - O "Relatório de Gestão Fiscal"? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	1	DGPCF	SIM	http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2021

Item 42: Sem alterações e ratificado:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA					
O órgão publica:					
42 - No site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	2	DGPCF		http://www.tjrj.jus.br/web/guest/valores-pagos-aos-contratados-resolucoes-cn-j-n-215-2015-e-265-2018-item-19



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Item 72: Sem alteração no link:

Item Avaliado no Site	Fundamento	Ponto	Unidade TJRJ	Atende? Sim/Não	Link de Comprovação
GESTÃO DE PESSOAS					
O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, indicando especificamente os dados requeridos para:					
72 - Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.	3	DGPCF / ASCER		http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cnj-n%C2%BA-102-2009

Cabe observar que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça- CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A DGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que podem ser acessados link abaixo:

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/apresentacao>

Cabe ainda mencionar que diversos relatórios da DGPCF estão disponibilizados na Transparência Institucional do PJERJ, entre os quais podemos citar como exemplo os contidos nos acessos abaixo:



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Relatórios

- [Execução Fiscal](#)
- [Execução Orçamentária](#)
- [Gestão Fiscal do PJRJ](#)
- [Pagamento a Fornecedores - Quadro Detalhado \(ITEM 19\)](#)
- [Relatório Gerencial](#)
- [Resolução CNJ nº 154/2012- Art. 4º](#)
- [Resolução CNJ nº 102/2009 - Art. 3º, VI - \(DIÁRIAS\)](#)
- [Resolução CNJ nº 265/2018 \(Relatório Previdenciário\) – ITEM 32](#)
- [LAI - Lei Federal nº 12.527/2011 Art. 8º, § 1º, Inciso II- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS](#)
- [LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART 9º \(ITEM 17-CNJ\)](#)

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

a) ARRECADAÇÃO DE VALORES - DÍVIDA ATIVA (EXECUÇÃO FISCAL):

Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: O DARM compartilhado com o Município do RJ, o DARJ compartilhado com o Estado do RJ, um boleto bancário compartilhado e a GRERJ compartilhada. No ano de 2022, tivemos um aumento de 32,31% na arrecadação deste segmento, em comparação com o ano de 2021, conforme se observa no quadro abaixo:

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL			
Anual	2022	2021	Variação %
TOTAL	90.384.404,92	68.314.857,41	32,31%
Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que apresentam arrecadação compartilhada com este TJERJ.			

b) ARRECADAÇÃO - COBRANÇA

No ano de 2021, tivemos uma recuperação da arrecadação da cobrança administrativa, comparando com a queda referente à pandemia, havendo um aumento de aproximadamente 155%. No ano de 2022, tivemos uma queda de 12,83% neste segmento da arrecadação, conforme se observa no quadro abaixo:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (RIGER) - ANUAL 2022

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Valores recebidos através da Cobrança Administrativa			
Anual	2022	2021	Varição %
Arrecadação SECOB - Judicial	15.865.809,95	20.607.096,69	-23,01%
Arrecadação SECAE - Extrajudicial	4.829.507,66	3.133.756,50	54,11%
Total	20.695.317,61	23.740.853,19	-12,83%

- c) Substituição definitiva do PGP (Planejamento Estratégico) em Excel pela utilização do Módulo PGP no sistema GRP;
- d) Desligamento do Sistema SOF e virada de chave entre os sistemas para uso efetivo do GRP (ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade - Projeto Estratégico);
- e) Implementação do PAC (Plano Anual de Contratações), neste PJERJ, para 2023, em cumprimento à Resolução nº 347 CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Ato Normativo nº 03/2022 o que implicou em um novo processo de trabalho implantado na ASPLO/DGPCF;
- f) Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, bem como da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- g) Monitoramento da recuperação da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro após os abalos sofridos em decorrência da crise financeira, econômica e fiscal decorrente da Pandemia da Covid-19;**
- h) Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;**
- i) Monitoramento dos efeitos gerados pela reversão de tendência da Taxa Selic com as últimas altas impostas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração na tomada de decisão com relação à renovação do contrato de prestação de serviços financeiros prestado por instituição financeira;**
- j) Aprimoramento na análise dos processos de aquisições de materiais sob a ótica da economicidade com realização de reuniões com o Departamento de Engenharia e melhorias na Planilha de Avaliação da Quantidade;**
- k) Participação em Grupo de Trabalho criado para concepção e elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS dos Servidores, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- l) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo ao novo PCCS dos Servidores, subsidiando a Administração Superior na condução e aprovação da medida junto ao Órgão Especial do TJERJ e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O projeto de lei foi votado e aprovado, resultando na Lei n 9748/2022, publicada em 29 de junho de 2022;**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- m) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia, por parte dos servidores, do saldo de até 90 dias de licença-prêmio, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- n) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia do saldo de até 30 (trinta) dias de férias por cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, exclusivamente comissionado e requisitados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;**
- o) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à convocação e provimento de cargos na carreira de servidores, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida, bem como, projeção de reajuste na remuneração dos servidores e no subsídio dos magistrados, o reconhecimento de direitos relativos ao pagamento de verbas de competência de exercícios anteriores, dentre outros;**
- p) Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à recomposição inflacionária de alguns dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida.**
- q) Considerando as medidas adotadas por esta Diretoria Geral, em ações coordenadas com as demais Unidades Organizacionais envolvidas nos procedimentos que visam o recebimento de valores devidos pelas empresas contratadas por este Poder Judiciário, por inexecução ou inadimplemento de obrigações contratuais, cumpre informar que no ano**



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de 2022, houve um ingresso no valor de R\$ 273.397,82 (duzentos e setenta e três mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos) na conta do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ;

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

6.1 Retomar o processamento da informação de custos, que sofreu solução de continuidade devido a problemas técnicos do Setor de Informática deste PJERJ, por meio do Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal, com a implementação do Módulo de Custos do ERP-DGPCF.

6.2 Com o início das operações do Novo Sistema de Custos, GRP-CUSTOS, a partir do dia 02/05/2022, conforme Avisos TJ nº 38 e 39, encontramos-nos em fase de estabilização das funcionalidades e rotinas, para fins de regularização do processamento das informações de custos, incluindo a apuração dos exercícios passados, a partir de 2019, dando ênfase ao exercício vigente. Assim, em breve serão apresentados os resultados das apurações dos custos das unidades organizacionais do PJERJ, administrativas e judiciais, que se encontram em andamento, para auxiliar os gestores nas suas ações.

6.3 Dar continuidade as tratativas com os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, para divulgação da GRERJ Eletrônica Tributária (DEGAR);

6.4 Com a instalação da Assessoria de Análise e Cálculo de Precatórios e Exame das Prestações de Contas- ASCAP (26/10/2018), com atribuições afetas as prestações de contas, precatórios (vide letras: “h” e “i” do item 5), não foi estimado o quantitativo ideal de pessoal, salientando-se que as mencionadas



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

tarefas são oriundas em parte do NAI, e DECAN/DGLOG, necessitando assim, de implementação/elaboração de novas Rotinas Administrativas – RADS (ASCAP). As rotinas estão em fase de finalização;

6.5 Plataforma online e-Social e Módulo EFD-Reinf (Sped) - em fase de implementação.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

A análise de economicidade dos processos de aquisição e de contratações de serviços, é uma atividade contínua da Assessoria Técnica da DGPCF, se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da E. Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários, bem como o constante aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão pública no tocante à execução das contratações de serviços e aquisição de bens.

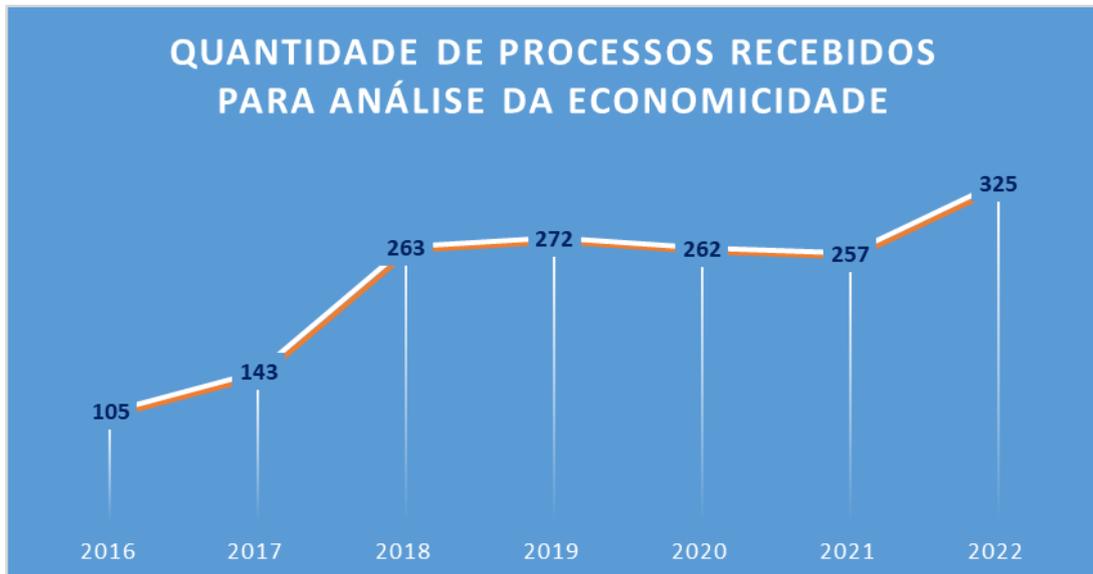
Ressalte-se que com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, publicado em 21/02/2019, que disciplina, no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos, no que se refere à economicidade, foi objetivamente respaldada.

Reforçamos o contato com as diversas áreas deste Tribunal a fim de aprimorar as análises dos processos para melhor subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão do prosseguimento das futuras aquisições e contratações, como, por exemplo, o aperfeiçoamento da Planilha de Avaliação da Quantidade com o Departamento de Engenharia deste Tribunal.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Abaixo, um gráfico demonstrativo da evolução quantitativa de processos analisados de 2016 a 2022:



A ampliação das matérias tratadas no Sistema SEI (Processo Administrativo Eletrônico) ao longo do exercício de 2022, proporcionou significativa redução com gasto de papel, capas de processo, tinta para impressão, etiquetas, canetas, borrachas, entre outros materiais de expediente.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal		x		Quanto a atual situação dos recursos humanos na DGPCF, o quantitativo efetivo de servidores e colaboradores atende em parte a esta DGPCF, eis que há carência de servidores e colaboradores terceirizados, em especial, no DEFIN, no Departamento de Gestão de Arrecadação, que possui um enorme acervo de processos físicos em tramitação e presta atendimento presencial a grande contingente de público.
Tecnologia da Informação		x		A DGPCF encontra-se atendida em parte, considerando a necessidade de scanners de mesa mais modernos e eficazes, além de impressoras de melhor capacidade, especialmente coloridas.
Infraestrutura	x			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

- ✓ A Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças tem por missão “gerir, de forma eficiente, os recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional”. Desse modo, no ano de 2022 esta Diretoria promoveu medidas que visam ao fortalecimento do Planejamento Orçamentário e Financeiro, bem como à modernização da Gestão Fiscal do PJERJ.
- ✓ Não obstante as dificuldades encontradas na implementação e adaptação do processo eletrônico, face ao quantitativo do acervo do DEGAR/DGPCF, a equipe do DEGAR no ano de 2022 exerceu suas atividades quais sejam:
 - * Continuidade do desenvolvimento do novo sistema de cobrança administrativa (SISCOB), junto à DGTEC;
 - * Execução dos novos processos de trabalho, iniciados no final de 2021, tais como, os trâmites do processamento de mandados de transferência de dívida ativa e a restituição de valores recolhidos a favor do FETJ através de processo eletrônico (SEI);
- ✓ No 2º Quadrimestre de 2022, o PJERJ estabeleceu o índice de 3,85% da RCL, respeitando assim, todos os limites descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101/2000).
- ✓ Por fim, no ano de 2022, foi dada continuidade à gestão financeira e orçamentária responsável, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo PJERJ.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2022

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

PLANILHA DE INDICADORES									
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.									
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE	
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ				
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO (IE - 48)			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-				
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PJERJ							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado
PERIODICIDADE	trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE	
FÓRMULA	(Valor executado nas iniciativas estratégicas) / (Valor disponibilizado para tal)							SENTIDO DE MELHORIA	MM
META	Executar 100% das iniciativas estratégicas previstas no orçamento de 2022					ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2021/2022	UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2022	1º Trimestre/22	2º Trimestre/22	3º Trimestre/22	4º Trimestre/22	Resultado no Per.			
		16,39%	41,13%	59,66%	76,91%	76,91%			
RESULTADOS NO PERÍODO									
LINHA DE BASE (2021)	39,75%								
RESULTADO ATUAL	76,91%								
META	100,00%								
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 25% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 75% a 100%. Através dos dados apurados em janeiro de 2023, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2022, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 76,91% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 50%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 21,92% do valor total previsto adequado do PAG 2021/2022, em 2022, e apresentou execução de 79,05% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto adequado da ação de Aquisição de Solução Backup; bem como pela execução abaixo da previsão da obra de Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA. Cabe destacar que a dotação inicial dos projetos estratégicos/ações operacionais era de R\$ 160.453.001,00 sendo adequada ao longo do exercício para R\$ 75.040.220,00, representando, assim, uma redução de 53,23% tendo em vista a atualização nos Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP's dos Projetos Estratégicos, bem como da previsão de execução das ações operacionais. A citada adequação dos projetos estratégicos/ações operacionais foi devidamente aprovada pelo Exmo. Presidente Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, através dos Atos Executivos nº 160/2021, 12/2022, 73/2022, 117/2022 e 03/2023.Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 12/01/2023.								
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da DGPCF-ASPLO.								
Responsável pela emissão do relatório:	Leonardo Pacheco Böhme - 10577131	Responsável (aprovação e divulgação):	Ana Paula Varges - 01/23540	Data:	16/01/2023				



11. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS

< NÃO APLICÁVEL >